ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
MAIO - 2026

1) ABERTURA

Aos sete dias do mês de maio de 2026, às 09h00, na sede do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos de Praia Grande, sito à Rua Jaú nº 880, Sala 54, Praia Grande/SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Cristiano de Mola, Miriam Tamasiro, Ricardo Pereira da Silva, Vania Maria de Carvalho Sanchez e Victor Lopes Schiavetti.
Dando início à reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e apresentou a ordem do dia, que compreendeu:

- análise do cenário macroeconômico referente ao mês de abril de 2026;
- avaliação dos investimentos, com verificação do enquadramento da carteira à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos de 2026;
- proposições de aplicações e resgates; e
- considerações finais.

Na sequência, os membros passaram à análise dos itens constantes da pauta.

2) ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Foram apresentados aos membros do Comitê os panoramas econômicos semanais de abril de 2026, emitidos pela Consultoria em Investimentos Crédito e Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda. O Comitê tomou ciência do cenário econômico global e doméstico apresentado, semanalmente, pela consultoria em investimentos Crédito & Mercado, registrando que as projeções de política monetária, a dinâmica da curva de juros, o comportamento dos mercados internacionais e os indicadores de atividade impactam diretamente a estratégia de alocação da carteira do FPGPREV, servindo de base técnica para as análises e deliberações subsequentes.
Brasil
Política Monetária (Selic): Durante a maior parte do período, a Selic foi mantida em 14,75% ao ano. No entanto, na reunião de 29 de abril, o Copom realizou um corte histórico de 0,25 ponto percentual, reduzindo a taxa para 14,50%. A decisão foi unânime, mas acompanhada de um tom cauteloso devido ao ambiente externo incerto e à desancoragem das expectativas de inflação. **O mercado, que antes esperava cortes de 0,50 p.p., revisou seu otimismo para quedas mais lentas e moderadas**.
Inflação (IPCA e IGP-M): **As expectativas de inflação deterioraram-se continuamente, com as projeções do IPCA para 2026 subindo por sete semanas consecutivas até atingirem 4,86%, superando o teto da meta de 4,5%.** O IPCA de março registrou alta de 0,88%, a maior do ano até então. O IGP-M também reverteu a tendência de queda, subindo 0,52% em março devido à pressão dos combustíveis e fretes.
Atividade Econômica e Emprego: A projeção para o PIB de 2026 estabilizou em torno de 1,85% a 1,86%. O grande destaque positivo foi o mercado de trabalho, com a taxa de desemprego atingindo a mínima histórica de 6,1% para meses de março, o menor nível da série da PNAD iniciada em 2012. Fiscalmente, o governo anunciou um contingenciamento de R$ 1,6 bilhão para compensar o impacto da alta do petróleo e subsídios.
Mercado de Capitais e Câmbio: O Ibovespa viveu momentos de euforia e correção. O índice bateu o recorde histórico de 197 mil pontos em 10 de abril e chegou à máxima intraday de 199.354 pontos em 14 de abril. Contudo, encerrou o período em queda, voltando para a casa dos 188 mil pontos devido à aversão ao risco global e cautela com o Copom. O Real demonstrou resiliência, com o dólar operando abaixo de R$5,00 na maior parte de abril, encerrando o período em R$4,96 a R$4,98, sustentado pelo elevado diferencial de juros brasileiro.

Estados Unidos (EUA)

Geopolítica e Conflito: O cenário foi dominado pelo anúncio de um cessar-fogo com o Irã em 7 de abril, mediado pelo Paquistão e com forte influência chinesa. Apesar do acordo prever a reabertura do Estreito de Ormuz, a normalização foi lenta e marcada por acusações mútuas de descumprimento, mantendo o estreito parcialmente fechado e sob vigilância de minas navais.

Fed e Indicadores Econômicos: O Federal Reserve manteve os juros na faixa de 3,50% a 3,75%. A reunião de 29 de abril revelou a maior divisão interna no Fed desde 1992, com uma votação de 8 a 4. O PIB anualizado do 1T26 decepcionou ao crescer 2,0% (contra expectativa de 2,3%), enquanto o núcleo do PCE em 3,1% reforçou o dilema de inflação persistente acima da meta de 2%.

Setor Corporativo: A temporada de resultados do 1T26 foi robusta, com lucros acima do esperado para o Goldman Sachs (LPA de US$ 17,55) e crescimento de receita no JPMorgan, indicando resiliência do sistema financeiro.

China

Crescimento do PIB: A economia chinesa superou as expectativas no primeiro trimestre de 2026, com um crescimento de 5,0% do PIB. O motor desse avanço foi o setor de alta tecnologia (+12,5%), com destaque para equipamentos de impressão 3D e baterias. No entanto, o FMI revisou a projeção para o fechamento de 2026 para 4,4%, citando riscos da demanda interna fraca.

Papel Diplomático e Energético: Pequim consolidou-se como mediadora global ao influenciar a aceitação iraniana do cessar-fogo, visando proteger seus 50% de importações de petróleo que passam por Ormuz. O país também diversificou fontes de energia, aumentando a demanda por petróleo brasileiro da Petrobras.

Política Monetária: O Banco Central chinês manteve as taxas de juros estáveis pelo 10º mês consecutivo (3,5% para 5 anos e 3,0% para 1 ano) para sustentar a atividade industrial.

Zona do Euro

Cenário de Estagflação: O bloco enfrenta um agravamento da estagflação. A inflação, que era de 1,9% em fevereiro, saltou para 2,5% em março e atingiu 3,0% em abril. Em contrapartida, o crescimento do PIB no 1T26 foi pífio, de apenas 0,1% (0,9% anualizado). Na Alemanha, a inflação chegou a 2,8% e a confiança econômica caiu acentuadamente.

Taxas de Juros: O BCE manteve os juros em 2% nas reuniões de março e abril. Entretanto, Christine Lagarde sinalizou vigilância total e o mercado já precifica 80% de probabilidade de uma alta de 0,25 p.p. em junho, com possibilidade de novos aumentos ao longo do ano.

3) AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Foram analisados o desempenho, os objetivos, as características, a composição das carteiras, as rentabilidades históricas, as taxas de administração e os riscos dos fundos que compõem o portfólio do FPGPREV, à luz do cenário macroeconômico vigente e das diretrizes da política de investimentos do RPPS.

Diante da elevação do IPCA, que registrou variação de 0,88% em março de 2026, bem como da prévia do IPCA-15 de abril de 2026, em 0,89%, observa-se a persistência de pressões inflacionárias no curto prazo. Esse movimento impacta diretamente a meta atuarial do exercício de 2026, que é atrelada à inflação acrescida de taxa real, indicando a necessidade de adoção de estratégias que promovam maior aderência à variação inflacionária e preservação do valor real dos ativos.

Nesse contexto, destacam-se como mais adequados ao cenário atual os índices IMA-B 5 e IDKA IPCA 2A, por apresentarem exposição a títulos públicos indexados ao IPCA com duration mais curta, o que reduz a volatilidade e aumenta a previsibilidade dos retornos em horizontes de curto e médio prazo.

Embora a taxa SELIC permaneça em patamar elevado, observa-se que a inflação corrente tem, em determinados períodos, superado o rendimento real proporcionado por ativos atrelados ao CDI. Considerando a elevada concentração dos recursos do RPPS nesse indexador, identifica-se a necessidade de diversificação parcial da carteira, com migração gradual para ativos indexados ao IPCA, de modo a melhorar o alinhamento com a meta atuarial.

Adicionalmente, ressalta-se que este RPPS não possui certificação no programa Pró-Gestão RPPS, o que pode impor limitações operacionais e regulatórias quanto à realocação futura de recursos entre determinados segmentos e indexadores. Nesse sentido, uma eventual redução de exposição ao CDI deve ser conduzida com cautela, considerando o risco de restrição para reingresso nesse indexador em cenários futuros em que se mostre mais adequado.

Dessa forma, o Comitê de Investimentos deverá avaliar, de maneira criteriosa, o montante a ser realocado no curto prazo, priorizando a proteção inflacionária sem comprometer a liquidez e a flexibilidade da carteira. Destaca-se que, em um cenário de desaceleração inflacionária, a parcela mantida em CDI poderá voltar a apresentar desempenho suficiente para o atingimento da meta atuarial do exercício, reforçando a importância de uma estratégia equilibrada e gradual de diversificação.

A ampliação da exposição a títulos públicos indexados ao IPCA, especialmente aqueles atrelados ao índice IMA-B 5, mostra-se alinhada ao cenário projetado de elevação do IPCA para 2026, podendo contribuir de forma significativa para o cumprimento da meta atuarial, ao incorporar proteção inflacionária com menor volatilidade em comparação a vértices mais longos.

4) PROPOSIÇÕES DE APLICAÇÃO E RESGATE

O Comitê de Investimentos sugere pelo resgate parcial do fundo SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI, CNPJ 02.224.354/0001-45, no montante de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), com posterior aplicação de R$50.000.000,00 no fundo BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP, CNPJ nº 03.543.447/0001-03, e de R$50.000.000,00 no fundo BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, CNPJ nº 13.322.205/0001-35.

A realocação proposta fundamenta-se na estratégia de mitigação dos impactos da elevação inflacionária sobre a carteira de investimentos, buscando maior aderência à meta atuarial por meio da ampliação da exposição a ativos indexados ao IPCA, com duration compatível aos horizontes de curto e médio prazo.

A divisão dos recursos entre os índices IMA-B 5 e IDKA IPCA 2A busca equilibrar proteção inflacionária, previsibilidade de rentabilidade e controle de volatilidade, considerando o atual cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação no exercício de 2026.

Conforme deliberado em ata do Conselho de Administração de 24/04/2026, foi solicitado, em 04/05/2026, o resgate parcial do fundo SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM, especificamente das cotas referentes às aplicações realizadas no exercício de 2021. Entretanto, apesar da informação previamente encaminhada por e-mail pelo representante da asset da instituição, no sentido de que o resgate poderia ser realizado por certificado de aplicação, a instituição financeira posteriormente informou a impossibilidade de realização de resgates por quantidade de cotas ou por certificado vinculado à data de aplicação, sendo admitidas apenas solicitações por valor financeiro. Ressalta-se que, nos termos do art. 55, §8º, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467/2022, é imprescindível o acompanhamento e o registro individualizado dos recursos oriundos de aportes destinados à cobertura de déficit atuarial, bem como dos parcelamentos de débitos relacionados a esses aportes, o que demanda rigoroso controle das datas de aplicação, da origem dos recursos e dos respectivos prazos mínimos de capitalização.

Considerando:

- Que este RPPS não demanda, no momento, a utilização dos recursos recebidos dos aportes para cobertura do déficit atuarial e parcelamentos de débitos para o pagamento de benefícios previdenciários;
- As dificuldades operacionais e de relacionamento verificadas junto à instituição Santander;
- Que a instituição Santander não apresentou alternativa de resgate que atendesse às necessidades operacionais e de controle deste Fundo Previdenciário;

O Comitê de Investimentos sugere pelo resgate total do fundo SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA, CNPJ 13.455.117/0001-01, com realocação no fundo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP, CNPJ 11.060.913/0001-10. Com o objetivo de preservar o lastro das aplicações originalmente realizadas, bem como a segregação por

exercício — compreendendo os anos de 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 — será realizado cálculo proporcional com base na quantidade de cotas detidas no fundo de origem, identificando-se a participação correspondente de cada exercício no saldo total da aplicação.
Dessa forma, serão efetuadas aplicações fracionadas no fundo de destino, mediante o encaminhamento de ofícios distintos, de modo que cada solicitação corresponda exclusivamente ao grupo de cotas vinculado a determinado exercício. Tal procedimento permitirá que cada nova aplicação permaneça individualizada por ano de origem, refletindo proporcionalmente os respectivos aportes e parcelamentos de débitos, preservando a rastreabilidade histórica dos recursos.
Em razão do prazo de liquidação em D+1, os valores de aplicação a serem indicados em cada ofício serão apurados com base na cota vigente na data da solicitação de resgate. O fracionamento por exercício tem como finalidade assegurar a manutenção do controle individualizado das aplicações, bem como o cumprimento do prazo mínimo de capitalização de 5 anos aplicável a cada aporte e respectivo parcelamento.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Em razão do período de férias do membro titular Gilmar Augusto Garcia, foi convocada a membro suplente Miriam Tamasiro;
b) Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11h00. Eu, Victor Lopes Schiavetti, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

VICTOR LOPES SCHIAVETTI
PRESIDENTE

CRISTIANO DE MOLA
MEMBRO TITULAR

MIRIAM TAMASIRO
MEMBRO SUPLENTE

RICARDO PEREIRA DA SILVA
MEMBRO TITULAR

VANIA MARIA DE CARVALHO SANCHEZ
MEMBRO TITULAR